



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO IX DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2022 – ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA

(Processo Administrativo n. 0000533-42.2022.4.01.8012)

1. Tendo como base o art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, combinado com a IN 05/2017 MPDG, com a Lei nº 12.305/2010, com o Decreto nº 5.940/2006 e com a Resolução CONAMA nº 20/1994, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências, em consonância com a política sócio ambiental do órgão:

- a. observar a destinação adequada de resíduos gerados durante suas atividades no órgão, em consonância com a coleta seletiva da Seccional.
 - i. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- b. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - i. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - ii. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - iii. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 1. É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;
 2. É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, biodegradáveis;
 3. A contratada deverá apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela contratante.
 - iv. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica);
- c. observar a Resolução CONAMA nº 20/1994 e legislação correlata quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e. respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos;
- f. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais, potencialmente poluidores, dentre os quais:

- i. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- ii. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- iii. pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

Para todas as soluções apresentadas, para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, a CONTRATADA deverá, quando do fornecimento dos materiais, nos casos que não dispuser de forma específica da descrição de cada material:

1. Fornecer produtos de baixo impacto ambiental;
2. As embalagens plásticas e de papelão deverão ser preferencialmente, constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis e ser recicláveis;

Para fins de comprovação, os materiais ofertados pelas licitantes deverão apresentar nos rótulos e/ou prospectos oficiais dos fabricantes/importadores as informações correspondentes ao atendimento aos critérios de sustentabilidade dos produtos e processos de fabricação, em atendimento as determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores competentes.

Quando for o caso, o licitante deverá apresentar ainda, nos itens especificados no Termo de Referência, certificado de registro e/ou notificação do produto junto a ANVISA e o registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.– CTF, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido.

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Pregoeiro(a)**, em 05/07/2022, às 11:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16028543** e o código CRC **00F62060**.